ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2018-02-02	
O Secretário da Mesa	
Pedro Alves (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Pedro Alves (Assinatura Qualificada) Date: 2018.02.02 11:20:38 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 1003 / XIII (3 .ª)

Assunto: Aumento das Listas de Espera no Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE

Destinatário: Min. da Saúde

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os anteriores Governos atribuíram, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a maior prioridade à redução do número de consultas médicas realizadas fora dos Tempos Máximos de Resposta Garantida (TMRG).

Assim, na anterior Legislatura, a percentagem de consultas hospitalares que ultrapassavam os TMRG registou uma evolução positiva, como o comprova o facto de a mesma ter decrescido de 31%, em 2010, para 26%, em 2015.

Contudo, o atual Governo voltou a subir a percentagem de consultas realizadas fora do TMRG para 28%(1), como logo sucedeu em 2016, um aumento de 2 pontos percentuais, que compromete os resultados positivos que estavam a ser alcançados pelos anteriores executivos.

A agravar o que se acaba de referir, acresce mesmo que os tempos de espera para consultas hospitalares continuaram a aumentar no último ano, obrigando milhares de doentes a esperar largos meses, por vezes mesmo anos, pelo acesso às consultas de que carecem, assim vendo comprometido o seu direito à proteção da saúde.

Tal é o que sucede no Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE, designadamente nas suas unidades de Abrantes, Tomar e Torres Novas, onde os tempos médios de resposta para primeiras consultas de especialidade ultrapassam significativamente os TMRG, como os exemplos seguintes, apenas os mais graves, sobejamente evidenciam:

- **457 dias** de espera para uma consulta da especialidade de**Otorrinolaringologia**, no Hospital Nossa Senhora da Graça (Tomar);
- **379 dias** de espera para uma consulta da especialidade de**Cardiologia**, no Hospital Doutor Manoel Constâncio (Abrantes);
- **316 dias** de espera para uma consulta da especialidade de**Cardiologia**, no Hospital Nossa Senhora da Graça (Tomar);
- **236 dias** de espera para uma consulta da especialidade de**Cardiologia**, no Hospital Rainha Santa Isabel (Torres Novas);

- **167 dias** de espera para uma consulta da especialidade de**Cirurgia Geral**, no Hospital Rainha Santa Isabel (Torres Novas);
- **379 dias** de espera para uma consulta da especialidade de**Ortopedia**, no Hospital Doutor Manoel Constâncio (Abrantes).

(Dados de setembro, outubro e novembro de 2017; http://tempos.min-saude.pt/#/instituicoes-especialidade-cth)

Esta é uma situação absolutamente inaceitável e que responsabiliza particularmente o Governo, bem como os partidos políticos que o apoiam, tanto mais que, há já dois anos, o Ministro da Saúde se comprometeu publicamente, perante a Assembleia da República, em reduzir substancialmente os TMRG nas consultas hospitalares realizadas no âmbito do SNS.

Com efeito, a 6 de Abril de 2016, o referido membro do atual executivo socialista afirmou na Comissão de Saúde, em resposta a uma pergunta que lhe fora dirigida por um Deputado do Grupo Parlamentar do PSD, que "*O ponto de partida no final do ano passado* [2015] *foi que apenas 74% das respostas eram garantidas dentro do Tempo Máximo de Resposta Garantida. Este é o ponto de partida, cabe-nos a nós, no final do ano* [2016]*, apresentar um ponto de chegada diferente e esperemos que substancialmente melhor. Mas também lhe digo, Sr. Dep.º* [referindo-se a Cristóvão Simão Ribeiro]*, tudo o que for menos de 80% será pouco ambicioso.*"

O Grupo Parlamentar do PSD exige, pois, que o Governo adote sem mais demora as medidas que se impõem para inverter esta crescente degradação das condições de acesso dos doentes aos cuidados de saúde no SNS, importando ainda que o executivo informe a Assembleia da República imediatamente sobre a forma de como pretende reverter a situação que deixou agravar.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm, por este meio, dirigir ao Governo, através do Ministro da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Que medidas concretas vai o Governo tomar para reduzir o número de consultas hospitalares realizadas fora dos Tempos Máximos de Resposta Garantida no Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE?
2. Em que data ou datas pretende o Governo tomar essas medidas?
3. Quais são os objetivos quantificados pelo Governo para reduzir o número de consultas hospitalares realizadas fora dos TMRG no Centro Hospitalar Médio Tejo, EPE, e com que prazos?

(1) Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e Entidades Convencionadas, pág. 179.

Palácio de São Bento, 2 de fevereiro de 2018

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)

NUNO SERRA(PSD)

TERESA LEAL COELHO(PSD)

Deputado(a)s

MIGUEL SANTOS(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)

LUÍS VALES(PSD)

BERTA CABRAL(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

MANUEL FREXES(PSD)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.